



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

RAFAEL BAÍA DA SILVA

**A IMPLEMENTAÇÃO DOS BONDES ELÉTRICOS NA CIDADE DE
BELÉM: O LIBERALISMO HIGIENISTA DA ELITE BELENENSE (1900-1909)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof. Dr(a). Siméia de Nazaré Lopes

ANANINDEUA

2023

**A IMPLEMENTAÇÃO DOS BONDES ELÉTRICOS NA CIDADE DE BELÉM
DURANTE A *BELLE ÉPOQUE* DO ANO 1900 A 1909 PELA PERSPECTIVA
LIBERAL HIGIENISTA DA ELITE BELENENSE**

**THE IMPLEMENTATION OF ELECTRIC TRAMS IN THE CITY OF BELÉM
DURING THE *BELLE ÉPOQUE* FROM THE YEAR 1900 TO 1909 FROM THE
LIBERAL HIGIENIST PERSPECTIVE OF THE BELÉM ELITE.**

Rafael Baía da Silva

Resumo

No início do século XX, a elite belenense vivenciava as transformações fruto do apogeu da exploração da borracha. Este artigo busca analisar como a implementação dos bondes elétricos modificou a circulação das pessoas na cidade de Belém e como foram as repercussões desse desenvolvimento urbano, o qual priorizava o centro comercial em detrimento das áreas habitadas pelas camadas populares da cidade. Soma-se a esse objetivo, analisar o processo de higienização que pautou esse contexto de modernização. Assim como, a análise do discurso que nos auxiliará nessa pesquisa para entender os aspectos políticos e econômicos que pautaram as propostas de modernização da cidade apresentadas por Antônio José de Lemos. Para tanto, foi utilizado os Relatórios do Intendente Antônio Lemos entre os anos de 1900 a 1909 e a consulta no acervo dos jornais de Belém, da Hemeroteca Digital Brasileira, para o mesmo período.

Palavras-chave: Análise de discurso, Higienismo, Liberalismo, Bondes elétricos.

Abstract

At the beginning of the twentieth century, the elite of Belém experienced transformations resulting from the peak of rubber exploration. This article aims to analyze how the implementation of electric trams modified the circulation of people in the city of Belém and the repercussions of this urban development, which prioritized the commercial center at the expense of areas of areas

inhabited by the lower classes of the city. In addition to this objective, we seek to examine the process of hygienization that characterized this modernization context. Furthermore, discourse analysis will assist us in understanding the political and economic aspects that guided the proposals for the city's modernization presented by Antônio Lemos from 1900 to 1909 and consulted the collection of newspapers from Belém at the Brazilian Digital newspaper library for the same period

Keywords: Discourse analysis, Hygienism, Liberalism, Electric trams.

INTRODUÇÃO

No início do século XX, Belém era uma cidade em pleno desenvolvimento, experimentando grandes transformações econômicas, sociais e urbanas. O primeiro ciclo econômico da borracha foi responsável pelo aumento da riqueza da região amazônica, tornando Belém um importante centro comercial e urbano. A intendência de Antônio José de Lemos assumiu a cidade que passava por um crescimento explosivo e por grandes levas de imigrações dada a alta demanda da borracha da região, mas passado este ciclo econômico Belém passa a registrar uma queda populacional. No período tratado, de 1900 a 1909, Belém tem um crescimento de aproximadamente 120.000 habitantes para 192.000,¹ porém duas décadas depois, em 1920, a cidade para a registrar um quantitativo de 144.692 pessoas. Em 1907, ano da implementação dos bondes, a cidade de Belém concentrava 192.000 habitantes, assim distribuídos: 42% eram brancos 52% eram pardos e 6% pretos.

Além do processo de higienização da cidade, a chegada da eletricidade e introdução de bondes eram aspectos importantes da modernização de Belém, que passava a ser vista como uma cidade moderna e próspera. Nesse sentido, o intendente Antônio Lemos teve um papel fundamental na modernização da cidade, sendo responsável por diversas reformas urbanas, como a construção de avenidas e praças, a implantação do sistema de

¹Belém (PA). Prefeitura. 2012. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br>. Acesso em: nov. 2012. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957, v. 14, p. 293-297.

iluminação elétrica e o saneamento básico. A cidade de Belém ficou conhecida como a “Paris n’América” devido a sua arquitetura influenciada pelo estilo francês que foi característico das reformas do Barão de Haussman em Paris (HARVEY, 2003). O centro histórico de Belém ainda guarda muitos dos prédios e monumentos construídos nesse período, os quais são considerados importantes patrimônios culturais da cidade

No entanto, é importante destacar que esse período de prosperidade foi acompanhado de grandes desigualdades sociais, com a concentração da riqueza nas mãos de poucos e a exploração dos trabalhadores que se atinham na extração da borracha. Além disso, a modernização da cidade de Belém trouxe consigo a destruição de bairros populares e a expulsão de comunidades tradicionais do centro de Belém, transformando a paisagem natural e os costumes.

A narrativa da prosperidade é uma constante nas fontes, as quais privilegiava a elite da borracha em sua visão higienista da história. A expulsão dos mais pobres dos centros urbanos foi um processo marcadamente violento com recursos da prefeitura para a demolição das casas. Este processo é uma das características da higienização, processo que atinge as camadas mais pobres da população através da remoção violento através de despejos e demolições dos espaços urbanos que atinge.

A modernização de Belém é um processo que será explorado através da modernização dos bondes e da sua implementação no centro da cidade, fatores que estão relacionados ao liberalismo econômico e os ideais de civilização europeizados que deixaram suas marcas em Belém. Para este fim foram fundamentais os jornais da época, assim como os Relatórios de Intendência de Antônio Lemos. Nos jornais foi possível ver como os bondes eram usados para valorizar o centro de Belém, assim como relatos da população que raramente tinham suas necessidades atendidas pelos bondes.

Além da introdução dos bondes elétrico, iniciava-se uma série de transformações na paisagem e na organização da cidade através dos melhoramentos urbanos, tais como: a construção de grandes obras públicas à exemplo da inauguração da energia elétrica e da rede de bondes elétricos. A implementação de novas leis que regem a cidade como o novo código de polícia e o já presente Código de Posturas passarão a ser aplicados com mais

rigor. Diante desse quadro que se estabelece na cidade, também é fundamental entender como o estado vai cooperar com o capital privado e estrangeiro para aplicar as suas transformações.

O objetivo desta pesquisa é analisar as políticas voltadas para a implementação dos bondes elétricos na cidade Belém que redesenhou os espaços de circulação da população. Diante disso, o processo de desenvolvimento urbano passou a privilegiar o centro da cidade, fato que nos permitiu analisar como as políticas de higienização afetaram as camadas populares da cidade de Belém, no início do século XX. Para a leitura e análise das fontes, citadas acima, se fez necessário a utilização do conceito de análise do discurso, tal como proposto por Eni Orlandi,² o qual nos permitiu entender como as propostas de Antônio Lemos estavam assentadas em princípios do liberalismo econômico que pautaram as políticas de modernização da cidade.

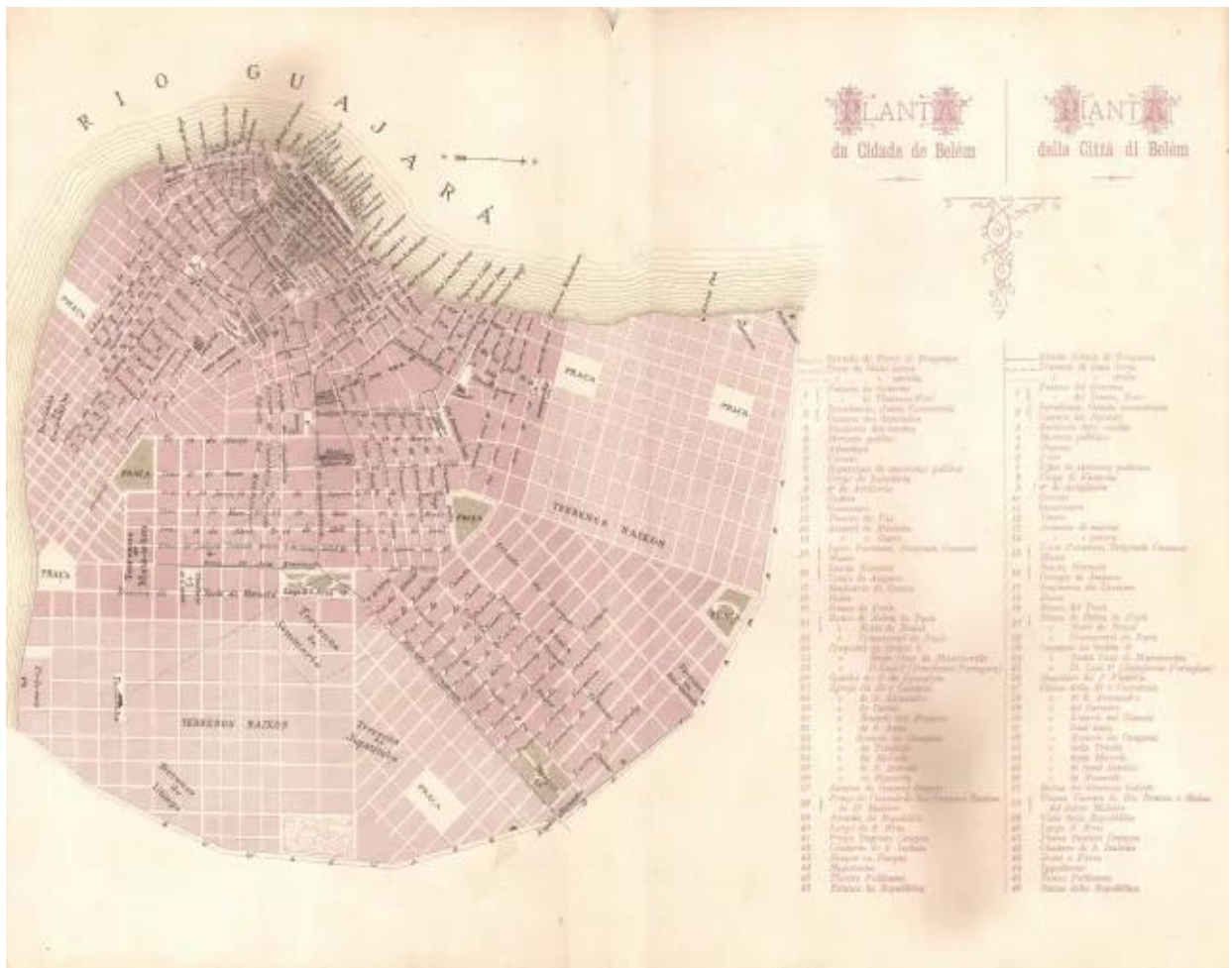
O artigo está estruturado em três itens. Primeiramente, discutiremos como a cidade de Belém estava no começo do século XX e as transformações que a cidade sofria. Em seguida, faremos a apresentação da implementação dos bondes e as políticas que foram empregadas para desenvolver a cidade. Por fim, analisamos os elementos ideológicos presentes no discurso, principalmente do intendente Antônio Lemos e apresentamos as nossas considerações.

2

1 A CIDADE DE BELÉM

A cidade de Belém entra no século XX como uma cidade extremamente desigual. O Brasil acabara de se tornar república e a abolição com a lei Áurea não tinha nem 20 anos que havia sido promulgada. O desenvolvimento da economia gomífera era o de um país da periferia capitalista, portanto dependente das metrópoles que ao mesmo tempo se concentravam entre Londres e Paris. A cidade de Paris do barão Georges Eugène Haussmann³ se torna a inspiração para o intendente Antônio Lemos no processo de aformoseamento da cidade de Belém (MASCARENHAS, 2007).

Mapa1 - Belém em 1899



Fonte: PARÁ. Governo do estado. Álbum do Pará, administração do governador José Paes de Carvalho, (S.I: s:n), 1899. il. color.

³ Cabe destacar que o modelo de urbanização moderna com base nos projetos do barão Haussmann foi utilizado por outros reformadores com cidades emergentes, como foi o caso de Manaus. Para ampliar essa leitura, ver: DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920*. Manaus: Ed. Valer, 1999.

O mapa 1 acima, nos permite ver a dimensão de Belém antes da implementação dos bondes elétricos, onde a cidade já era planejada apenas para as elites do centro. Como uma espécie de cinturão ao redor do centro da cidade, a população tradicional excluída dos benefícios da urbanização não tinha acesso aos serviços da cidade. Isso destaca a desigualdade e segregação social que existia no planejamento urbano de Belém durante este período, além de posteriormente podermos observar a grande transformação que a cidade sofre no decorrer da urbanização lemistista.

Imagem 1- Boulevard Castilhos França em 1905



disponível em <https://fragmentosdebelem.tumblr.com/post/10400687100>, acesso em 09/05/2023

A modernização de Paris ocorreu em meio a um contexto de constantes revoltas populares na cidade, desde a Revolução Francesa em 1789 até as grandes greves de 1848. Os grandes bulevares, ruas largas, vitrines transparentes e tetos altos nos prédios públicos não tinham apenas um propósito estético, mas também serviam para atender às necessidades da polícia parisiense na supressão de possíveis greves e revoltas populares. Além disso, a exposição das vitrines tornava as conspirações mais difíceis de serem realizadas em ambientes fechados (HARVEY, 2003). A modernização também teve como objetivo tornar as grandes estruturas de Paris imponentes e

impressionantes para os seus cidadãos, apesar de muitos não se reconhecerem nessas transformações.

Quando Antônio Lemos decide ampliar a modernização de Belém aos moldes de Paris ele também destaca o seu desprezo pelas camadas da sociedade que não compunham os seus padrões de civilidade e progresso. A exclusão se voltava para os desvalidos, prostitutas, capoeiristas, mendigos e pobres, em larga medida negros, pardos e indígenas que possuíam costumes tradicionais que iam de encontro com a ideia de Belém como uma “Paris nos trópicos” (CAMPOS, 2007). Como aponta Campos, ambas as cidades passaram pelo processo da chamada higienização por meio do embelezamento e do saneamento que buscava saúde, progresso e prosperidade. Este processo é marcado pela violência do estado através das polícias que expulsou a população mais pobre para as periferias das cidades.

É este entendimento de prosperidade que está atrelado à própria visão de sociedade que a ideologia capitalista pretendia no auge da *Belle Époque*. Este ponto de vista que é fundamental para um entendimento mais amplo dos processos que se desenvolvem na cidade. Por ideologia capitalista aqui entende-se o liberalismo econômico empregado no desenvolvimento das cidades. Mesmo que Antônio Lemos em si tivesse uma formação militar e conhecesse as vigentes doutrinas positivistas características da primeira república, ele adere firmemente ao liberalismo econômico como um homem de negócios. Karl Polanyi escreve que o liberalismo tem seu movimento histórico com a expansão do “modelo autorregulado de mercado, e este estava em plena ascensão no começo do século XX” (POLANYI, 1980, p. 89-98). Este efeito se dá principalmente pela transformação das relações sociais com as “mercadorias fictícias”, o trabalho, a terra e o dinheiro, passam ser mercadorias e portanto submetidas aos interesses de mercado. A entrega de serviços da cidade como o transporte, eletricidade e limpeza a empresas de capital estrangeiro privado, principalmente ingleses, constitui em um dos fatores do crescente liberalismo econômico na sociedade belenense.

É neste cenário de modernização da cidade de Belém que a implementação de bondes se dá por um contrato quase secular, entre a companhia inglesa Pará Electric e a intendência de Belém. Segundo Lima,

[...] Por circunstâncias excepcionais, ao findar o contrato, todas as propriedades da nova concessionária passariam, sem qualquer ônus, à inteira posse da Comuna de Belém, obrigatoriamente em perfeito estado de conservação e funcionamento, para que se pudesse estabelecer tal cláusula contratual, foi mister uma compensação correlativa aos capitais empregados na exploração dos serviços, de forma que a duração do contrato foi, surpreendentemente, ampliada para quase um século (LIMA, 2011, p. 95)

É nestas condições da cidade que se desenrolam as transformações de Belém através da implementação dos bondes elétricos que mudariam a cara da cidade, agradando aos interesses daqueles que enriqueceram com a balança favorável da oferta da borracha no período. Estes conduziam seus negócios baseados no discurso liberal que iremos analisar principalmente na figura de Antônio Lemos.

A higienização como guia para a política das “modernizações” do começo do século XX é algo já amplamente discutido na historiografia. As discriminações que partem de dentro da esfera pública do estado e sua relação direta com as burguesias locais e nacionais são abordadas também por Sevckenko (1998) quando este aborda sobre as transformações pelas quais a capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, passava na época. Algo que chama atenção ao desenvolvimento das desigualdades, ainda tão pertinentes no Brasil do século XXI, é a assustadora permanência destes problemas. É claro que há diferenças entre os modelos capitalistas e no sistema político brasileiro, mas a exploração e a segregação são permanências latentes na vida cotidiana belenense apesar das conquistas como leis trabalhistas e direitos políticos, a cidade permanece um local hostil à classe trabalhadora que é majoritariamente preta, parda e indígena. É uma verdadeira “Guerra dos lugares” que é travada em escala global, como discute Raquel Rolnick (2015), este processo tem suas raízes ainda no século XIX com grande intensificação no século XX e há um elemento que é extremamente relevante para a análise desta permanência, o discurso das autoridades políticas.

Imagem 2- Anúncio de Jornal para um hotel da cidade de Belém

GRANDE HOTEL DA PAZ

26 — Avenida da Republica — 26

PARÁ

Café, restaurante de 1.ª ordem, concerto, jardim, terraço

PREÇOS MODICOS

O, mais importante estabelecimento n'este genero.
Situado no ponte mais concorrido da cidade,
é o unico que offerece a mais absoluta
luta garantia de hygiene.

Melibeu & Hermann

Edificio isolado, cosinha franceza,
serviço de primeira ordem, Salon Hall.

HOSPEDAGEM
ESPECIALMENTE RECOMMENDADA AOS ESTRANGEIROS

SALÃO PARA BANQUETES

BONDES Á PORTA PARA TODAS AS DIRECÇÕES

Avenida da Republica, 26

TELEPHONE N.º 481

Fonte: Hemeroteca digital Brasileira, Almanack do Pará 1904-1905

A imagem 1 apresenta um cartaz que demonstra como um restaurante no centro de Belém se destacava pela sua localização próxima aos bondes, com “Bondes à porta para todas as direções”. O cartaz também enfatiza que o restaurante possuía a “mais absoluta higiene”, oferecia “cozinha francesa” e “hospedagem especialmente para estrangeiros”. Isso ilustra bem as ideias de um estabelecimento que buscava atender a elite de Belém, aproximando-se dos ideais de limpeza e refinamento ditos “europeus” enquanto se distanciava do resto da cidade por afirmar possuir um ambiente higienizado, diferenciando-

se da cidade “suja”. Segundo Dias (1998), as reformas e embelezamentos são voltados para os grupos privilegiados, para os quais o poder público orientava o projeto de urbanização.

Durante a virada do século XX, os jornais em Belém eram controlados pela elite econômica, incluindo Antônio Lemos, proprietário do jornal “A Província do Pará” (1876-1997), mas tanto os jornais a favor do governo Lemos quanto os opositoristas como a “Folha do Norte” (1896-1974) eram firmes nos seus ideais de “civilização”, endossando os valores e as ideias europeias. É importante lembrar que esses jornais eram produzidos pelos mais ricos da cidade, assim como eram consumidos por uma pequena parcela da população, tendo em vista os baixíssimos índices de alfabetização. Segundo Coimbra (2013), a população alfabetizada estava em torno de 10% da população e apenas os alfabetizados podiam votar, o que reafirmava o caráter excludente dessa sociedade. Apesar dos baixos índices de alfabetização, as informações dos jornais “corriam de boca em boca” e ainda eram acessadas pela população, ainda segundo Coimbra a maneira como o jornal de oposição “Folha do Norte” exerceu sua persuasão sobre a sociedade reforçou a insatisfação já existente entre as classes populares contra o governo lealista, o que acabou levando a um desfecho político violento como o atentado à Lemos.

A governança da cidade era dominada por uma elite, tanto devido à população restrita com direito ao voto, quanto ao projeto modernizador que agravava as desigualdades. Em 1906, durante a intendência de Antônio Lemos, mais um desses projetos modernizadores foi implementado através da eletrificação dos bondes. Nos próximos capítulos, vamos explorar com mais detalhes a instalação dos bondes e o contexto ideológico que orientava as políticas de Belém.

2 Bondes e o higienismo de Antônio Lemos

O transporte público em Belém já se desenvolvia no século XIX com bondes de tração animal. Alexandre Martins (2011) faz uma minuciosa descrição dos transportes em Belém até 1950 quando os bondes são extintos pelo estado e apresenta como os bondes são trazidos para Belém com o

progresso modernizador em mente. Segundo o autor, a instalação dos bondes ocorreu por meio da empresa inglesa *Pará Electric* representada pelo engenheiro Douglas Grey em Belém, em 15 de Agosto de 1906 se iniciam os trabalhos para a eletrificação dos bondes que implementou gradativamente 10 linhas de ônibus que atendiam ao centro da cidade em bairros como Batista Campos, Campina e, Cidade (Atual Cidade Velha), Nazaré e Umarizal. Dentre estas apenas 4 linhas serviriam à periferia da cidade com limitado acesso (LIMA, 2011)

Mapa 2- Belém em 1916

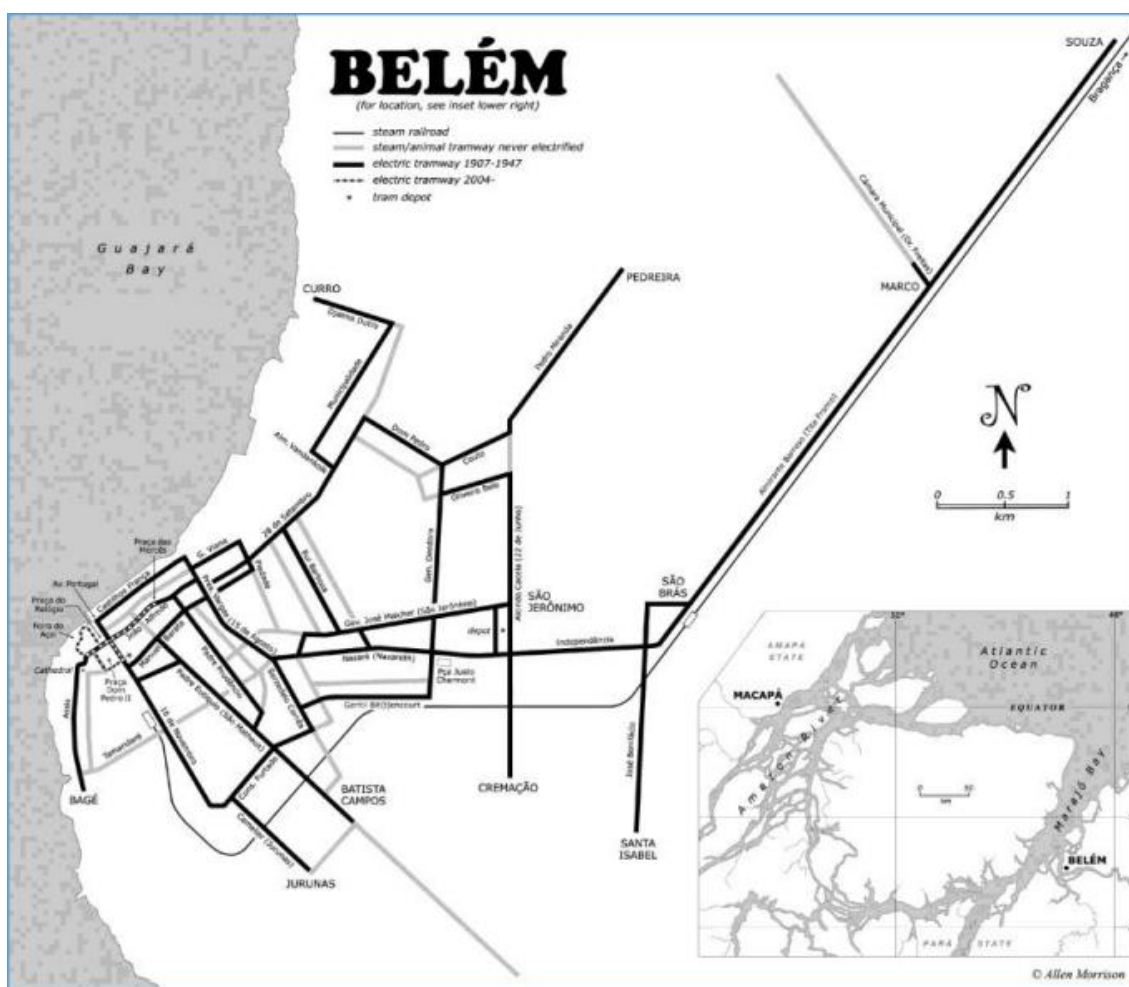


Fonte: Guia do Estado do Pará de Theodoro Braga encontrado em Biblioteca Ibero-Americana, The Oliveira Lima Collection, Catholic University of America Washington D. C

No mapa 2 é possível ver como há uma enorme concentração da implantação dos trilhos no centro da cidade, representado pelos trechos pontilhados no mapa. Esse desenvolvimento focado não se dá exclusivamente pela maior demanda do local que está sendo atendido pelo estado, está em jogo principalmente o atendimento das necessidades da elite econômica,

principalmente os donos de negócios que lucram com a produção e venda de borracha que viviam no centro da cidade. Enquanto isso, as populações das periferias da cidade continuavam sem acesso ao transporte, e por consequência sem acesso à cidade. Entretanto, essa mesma população não estava alheia ao processo de transformação da cidade, nos espaços que ela circulava ainda cabiam ações de resistência e permanência de seus costumes tradicionais, como veremos mais adiante quando abordaremos sobre o Código de Posturas da Cidade.

Mapa 3- Linha dos bondes em 1947



fonte: Morrison, Allen. The tramways of Brazil a 130-year survey, p. 39.

O mapa 2 e 3 nos permite ver como entre os 41 anos da gestão da *Pará electric* dos bondes em Belém houve pouca mudança nas linhas que podem ser vistas com mais clareza no mapa 3, podemos ver também os bairros da periferia da cidade tinham escasso acesso aos bondes e quando tinham eram

para que se locomovessem entre o centro e a periferia, o transporte não atendia às demandas da própria periferia da cidade.

O acesso à cidade precisa ser entendido como o viver em meio urbano em todos os seus elementos, acesso à escolas, hospitais, parques e etc. Os serviços da cidade não eram pensados para estes cidadãos, é um processo de segregação que efetivamente cria “cidadãos de segunda classe”, Antônio Lemos expressa essa separação da seguinte forma:

[...] não se conhecem entre nós as linhas divisórias das classes. E a preconizada igualdade democrática é, aos olhos de muita gente, o nivelamento absoluto dos indivíduos que não a severa a completa identidade de direitos e deveres dos cidadãos perante a lei, guardadas embora as distinções, esferas, hierarquias e gradações sociais.⁴

Neste exemplo acima, o intendente não esconde seu posicionamento em relação à existência de uma segregação por “hierarquias e gradações sociais”. No entanto, em um país que havia recentemente abolido a escravidão e ainda explorava a mão de obra barata de negros, pardos e indígenas, havia um teor racista⁵ na gerência lemista de Belém, isso não era nada estranho aos militares positivistas, visto que a formação inicial de Antônio Lemos foi na Marinha, bem como os apóstolos do livre mercado “progressistas” aos quais Antônio Lemos também prestava a gestão de Belém à exploração privada. Não pretende-se incorrer em nenhum anacronismo ao caráter de Antônio Lemos, salvo algumas mudanças em que os termos “conservador” e “progressista” tenham mudado de significado ao longo das décadas, a grande maioria dos termos que se emprega são contemporâneos ao tempo de Lemos e faziam parte do debate público, que Antônio Lemos participava ativamente com seu jornal “A Província do Pará”.

⁴LEMOS, Antônio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da intendência Municipal, 1905. p. 156

⁵Segundo Alexandre Martins de Lima, o movimento higienista possuía características heterogêneas que também incluía o racismo e a eugenia, com um ponto de vista “científico, fundamentado em doutrinas biológicas e raciais, e em seu aspecto político-ideológico, era calcado no liberalismo”. Ver: LIMA, 2011 p. 211

Essa implementação do projeto higienista foi dada principalmente pelo estado brasileiro de forma geral, mas isto não se trata de isentar o papel do capital privado, afinal muitas destas ações eram feitas para que se desse ampla oportunidade ao “investimento estrangeiro”, como a já apresentada *Pará Electric* inglesa. (LEMOS, 1906). Lima destaca que:

[...] Outra característica é a forte presença de empresas de capital estrangeiro como concessionárias de transportes urbanos, muitas delas britânicas, como é o caso da *Manaós Tramways* e da *Pará Electric Railways* no norte, da *Brazilian Street Railway, Estrada de ferro e Caxangá* e a *The Ceara Tramway, Light and Power Co. Ltd.* no nordeste. E a da *The Rio Grandense Light and Power Co.* Na região Sul.

Outros casos que chamam atenção do mesmo período no começo do século XX é a experiência de Fordlândia,⁶ no interior do Pará, e a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré,⁷ entre 1907 e 1912, em Rondônia. Apesar de estarem distantes de Belém, são experiências amazônicas que demonstram o domínio que o capital industrial poderia ter, em ambos os casos houve o empreendimento de mão de obra que se assemelhava à escravidão e as empresas tinham domínio de território brasileiro com as próprias empresas fazendo o trabalho de polícia através de seus seguranças.

No caso da cidade de Belém, a presença da *Pará Electric* permitiu que houvesse efetivamente uma integração entre a ação do estado e o capital estrangeiro para a implementação das novas tecnologias que vinham carregadas do mesmo discurso racista e eugenista. O discurso de Antônio Lemos e seu apreço pela hierarquia e desprezo pelas camadas populares da cidade caminhavam lado a lado, o mesmo exclama em seu relatório de 1904 o seguinte:

[...] não me ensoberbeço, todavia, com os melhoramentos realizados. Outros muitos projectos encontram-se em via de execução. Todos da iniciativa conjunta do Conselho e da Intendência, demonstram os vossos esclarecidos intuitos

⁶SENA, Cristovam “Fordlândia breve relato da presença americana na Amazônia”. Cadernos de História da Ciência 4.2 89-108 06/2009

⁷PAIVA, Ana Carolina Monteiro. Trabalho e cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1919). Revista brasileira de História, São Paulo, v. 40, n 85, p. 83-106, 2020.

progressistas e a obediência solícita com que cumpro as vossas resoluções. No anno que vamos perlustrar, Belém será dotada de varios outros melhoramentos, aos quaes presto com dedicado zelo uma fiscalização oportuna e interessante. Serão novos testemunhos do quanto amamos a grandiosa terra paraense, do quanto nos esforçamos por sua supremacia, no seio da ordem, que disciplina e rege o trabalho, este fautor directo da prosperidade individual e coletiva. Somente assim, operosos e conservadores, poderemos bem servir ao estado e à República. (Belém do Pará, 2 de janeiro de 1904).

Podemos observar neste discurso como os trabalhadores, e até aqueles marginalizados do trabalho estariam lá para serem “disciplinados e ordenados”, este é um lema que busca transformar em efetivo os “imperativos de mercado” como discute Ellen Wood em “Origens do capitalismo” (2001). Para o autor, esta população já estava sujeita a trabalhar ou passar fome de uma forma brutal, para sustentar esta brutalidade e para que ela não acarretasse em revolta se institui a “disciplina”, o lema da bandeira brasileira aqui se explica, é a ordem para o progresso. É o que se entende por Ordem e Progresso que está em disputa pelos debates políticos, mas neste contexto de *Belle Époque* dos anos 1900 é para que o avanço das forças capitalistas tenha plena liberdade de ação com o respaldo repressivo do estado.

A necessidade de Ordem e disciplina implica que se combatia a chamada “desordem” que Antônio Lemos atribuía à “educação medíocre” dos cidadãos de sua cidade. Isso também demonstrava que a população não apenas aceitava as imposições do estado, mas que haviam resistências tanto para as ações policiais como para manter suas tradições que estavam ameaçadas pelo código de postura da cidade, outra lei que tentava impedir a vivência dos “indesejados” da cidade.

O Código de Postura de Belém integrava a esse projeto de civilidade também de uma dimensão moral. Assim Douglas da Cunha Dias (2016) apresenta que essa política relacionava “Cidade e natureza: a Belém da belle époque em processo de urbanização de suas águas, trilhando os patamares europeus de civilidade”. Onde os espaços públicos eram reordenados para

expressar o aformoseamento da cidade. Por isso, “as elites rejeitavam os banhos ao ar livre, buscando o recato e polidez dos banhos privados”, os igarapés davam lugar às piscinas nos clubes sociais. De acordo com o analisado pelo autor nos jornais da época, “os banhos no litoral podem ser entendidos como marcos de uma distinção de classes, bem como de resistência aos usos e costumes que naqueles tempos eram esboçados”. Dias reforça que havia uma distinção social sobre o uso dos espaços ao ponto de o autor não ter encontrado “registros de membros das elites banhando-se no litoral da cidade,⁸ cabendo à população pobre dar permanência a tal prática de longa data, afrontando e opondo-se ao que era regido pelo Código de Postura” (DIAS, 2016 p. 238).

Neste exemplo temos mais uma forma de resistência dos cidadãos de Belém que, apesar de não votarem e serem analfabetos, exerciam o seu papel de agentes históricos mesmo nesta estrutura racista de se pensar a ordem pública. Parte do projeto de embelezamento também envolvia a demolição dos cortiços, Sidney Chalhoub⁹ apresenta uma situação semelhante com a demolição do cortiço no Rio de Janeiro conhecido como “Cabeça de Porco”. Tendo em vista que esta cidade também desenvolvia um processo semelhante de higienização e limpeza urbana sob o signo do progresso.

Em Belém a intendência municipal também empregava esforços de demolição dos cortiços com a perspectiva de que estavam cumprindo com a ação de “libertar a cidade do grande numero de cortiços situados em diversos logares do perimetro urbano, na mór parte insalubres, sem proporções nem condições hygienicas”. Nas descrições do Intendente Lemos, esses espaços deviam ser demolidos por serem “verdadeiros centros de immoralidade, perigosos á saúde pública, sem que, entretanto, haja motivo algum, numa capital tão vasta como esta, para permittir a construcção ou conservação de semelhantes habitações”. Ressaltamos que nesse processo de embelezamento da cidade, os casebres destoavam da estética e do traçado dos prédios e

⁸ Entretanto, Ana Maria Daou afirma que os passeios ao ar livre não eram realizados apenas nas “rocinhas, chácaras ou sítios situados nas redondezas da cidade e aos banhos fluviais”, que ocorriam em locais específicos. Para a autora, a introdução de novos meios de transporte e locomoção permitiam que a elite frequentasse o “balneário do Mosqueiro” (DAOU, 2000, p.45)

⁹CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 15-20

palacetes que se levantavam na cidade, por isso Lemos usava da sua posição e de suas atribuições para, com base no artigo 149 do Código de Polícia Municipal, “determinar o fechamento e demolição de todos os cortiços existentes nesta cidade, ficando para tal fim marcado o prazo de 90 dias, improrogável, na forma da lei, e que será contado da data da respectiva intimação” (BELÉM, 1903 p. 18-27). Segundo Ana Maria Daou, esse “desequilíbrio estético” dos casebres e outros prédios da cidade também era motivo de demolição, fazendo com que Antônio Lemos incentivasse “o apuro arquitetônico das novas edificações” (2000, p. 31).

Acreditamos que foi com esse objetivo estético que o Intendente Lemos indicava para o senhor

[...] Inspector geral da fiscalização, sciente do artigo supra [149], proceda ás intimações aos proprietarios dos cortiços situados nos 6 districtos fiscaes da séde do Municipio e constantes das relações que acompanharam as partes dos fiscaes do 1.º, datada de 1 de junho; do 2.º, 29 de maio; do 3.º, de 1 de junho; do 4.º, de 30 de maio, e dos 5.º 5 e 6.º, de 1 e 15 de junho ultimo, respectivamente. As intimações devem seguir a volume dos districtos sendo remetidos immediatamente os respectivos autos a esta Intimação, para ulterior effeito (BELÉM, 1903 p. 18-27).

As demolições de prédios, casebres e cortiços faziam parte da política de aformoseamento e de um novo traçado da cidade para a implantação de outros empreendimentos. Nesse caso, a posição de Lemos é relevante para se entender a implementação dos bondes, já foi destacado que a construção dos trilhos privilegiava certas classes da sociedade belenense e estas classes são aquelas para as quais Antônio Lemos administrava a cidade e também pertencia. As concessões públicas da gestão são apropriadas aos interesses privados desta classe, o antigo conceito de “patrimonialismo” de Sérgio Buarque de Holanda (1936) pode elucidar mais este caso de público sendo invadido pelo privado, mas não se trata apenas de raízes coloniais, é a luta de classes que se manifesta no espaço das cidades, o próprio Lemos deixa claro qual o projeto de Belém que ele avançava e para quem estava realizando quando autorizava a demolição dos cortiços. Abaixo, na imagem 2, é possível

observar os autos de intimação para demolições de prédios e barracas, bem como outras melhorias para o espaço urbano.

Imagem 3- Relatório do intendente sobre as demolições em 1905

Lavram-se 152 autos de intimações, discriminados como segue :

De demolição de prédios	29
De concertos » »	14
De embargo de construção de prédios	3
De » » reparo » »	2
De construção de platibanda	1
De demolição de muros	5
De construção de muros	9
De demolição de barracas	5
De embargo de construção de dois quartos	2
De » de excavação de terreno	1
De reconstrução de fachadas de prédios	3
De fechamento de <i>cortiços</i>	5
De demolição » »	11
De embargo » »	8
De fechamento de cocheiras	2
De construção » »	1
De demolição de compartimento de prédios	1
De demolição de paredes de taboas divisorias	2
De recuo de cerca de terrenos á travessa Dom Romualdo de Souza Coelho	41
De levantamento de chaminé de padaria	2
De fechamento de estabelecimentos commerciaes.	8
De » e concerto no theatro Polytheama	1
De diversas	14
De fechamento de latrinas	2
Total.	152

Fonte: Relatório do intendente Lemos 1905, p. 91, acesso em <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br>

Estas demolições ocorreram principalmente como parte da política de higienização da cidade, aqui podemos ver a escala da transformação que Belém passava, neste período foram implementadas muitas novas leis para regulamentar a construção civil e a higiene da cidade, regidas no código de polícia implantado pela intendência em 1900,¹⁰ colocando em irregularidade muitas das propriedades que pessoas marginalizadas e pobres usavam nos

¹⁰

centros de Belém, efetivamente legislando a pobreza para fora do centro urbano. Os bondes faziam parte do projeto que criava uma Belém mais segregada com diferenças entre classes sociais que não se manifestavam apenas no espaço, mas também no próprio transporte. Os bondes eram divididos em classes, como primeira e segunda, sendo que os de primeira classe eram mais espaçosos e confortáveis, enquanto os de segunda eram mais apertados e desconfortáveis. Além disso, existiu também o bonde de luxo, reservado apenas para o uso do governador Augusto Montenegro e Antônio Lemos. Esta segregação adequa-se ao discurso de progresso e hierarquizador do intendente. O controle sobre o uso dos bondes era realizado com efetivo policial e em nome da civilização como, Antônio Lemos gostava de lembrar seus colegas vogaes, (cargo equivalente ao de vereadores hoje em dia), a lista das imagens 3, 4 e 5 é encontrada na parte do relatório de Antônio Lemos em que se refere à fiscalização da polícia em 1905 sobre os usos e controle dos bondes.

Imagem 4- Bonde de segunda classe, aberto ao público



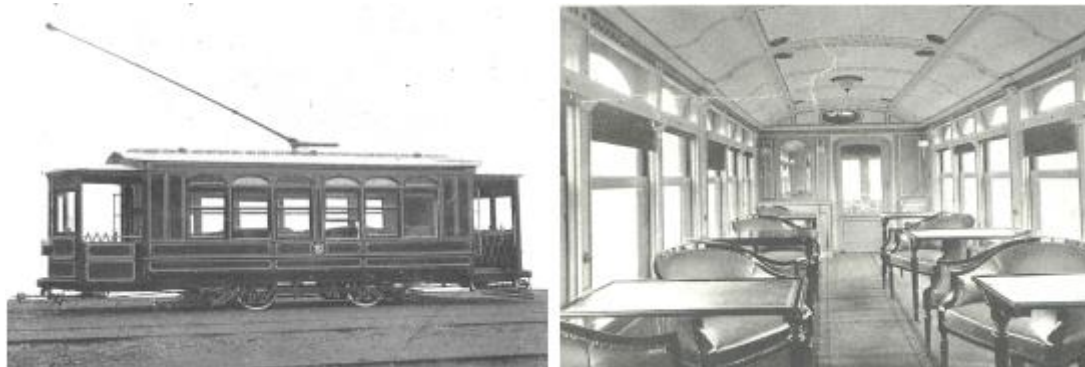
Fonte: Pará, Governo do Estado do Pará, administração do Governador Augusto Montenegro. Paris: Impremèrie Chaponet, 1905, il. p&b.

Imagem 5- Bonde de primeira classe



Fonte: Pará, Governo do Estado, do Pará, administração do Governador Augusto Montenegro. Paris: Impremèrie Chaponet, 1905, il. p&b.

Imagens 6 e 7- Bonde de luxo



Fonte: Pará, Governo do Estado, do; O Pará, administração do Governador Augusto Montenegro. Paris: Impremèrie Chaponet, 1905, il. p&b.

Os bondes de segunda classe possuíam dois tipos, um só para passageiros e outro misto, de passageiros e bagagens, ambos eram abertos ao público e com estribos, que eram usados pelos passageiros para viajar “pendurados” e que desciam e subiam dos bondes em movimento. O bonde de primeira classe era fechado, para impedir o acesso amplo da população, estes bondes possuíam também cortinas de lona resistente para fechar durante as chuvas, o bonde de luxo era destinado apenas para a intendência e o governo do estado, todo fechado e possuía fino mobiliário, os bondes de primeira classe circulavam apenas no centro de Belém enquanto os de segunda classe iam para a periferia da cidade (LEMOS 1906 p. 177).

Este meio de transporte foi fundamental para a expansão urbana de Belém, pois integrava os subúrbios ao centro mas também reforçava esta integração justamente para a criação dos bairros operários e, como todas as linhas convergiam para o centro, este foi usado como mais um elemento de higienização da cidade. Lima (2011) fala sobre o “emburguesamento” dos centros das cidades que é quando algumas áreas recebem tratamento prioritário dos serviços oferecidos pela cidade para que ela seja valorizada via especulação imobiliária, excluindo as camadas populares dos centros urbanos. A expansão dos bondes está integralmente ligada à demolição dos cortiços pois traziam a modernidade para a cidade, tanto em seu propósito econômico quanto no de embelezar a cidade.

Pinho (2008) escreve sobre o papel do jornal Folha do Norte, jornal de oposição à Antônio Lemos, que com frequência apresentava matérias de oposição à implementação dos bondes. Nas matérias, sempre noticiava os acidentes que ocorriam com os bondes como culpa da gestão desastrosa. Pinho destaca da Folha do Norte que:

[...] Em abril de 1908 é noticiado o primeiro informe fatal. O acidente envolveu o português Manoel Araújo de Campos, despenseiro do vapor “Ipú”, que residia em Pernambuco. Às 11:30 horas, o despenseiro, saindo do Café da Paz, correu para tomar um bonde em movimento, porém do lado que não podia fazê-lo, “visto o estribo estar levantado e o travessão lhe impedir”. Ao saltar para o veículo, Manoel caiu, “ficando no vão entre o elétrico e o primeiro reboque”, onde foi mutilado. Ao saber do fato, o motoneiro parou o veículo e o proprietário de uma farmácia próxima correu para acudir o acidentado. Já no interior da farmácia, ele morreu. (PINHO, 2008, p. 6)

A Folha segue nos meses seguintes atacando os bondes por identificar neles um meio pelo qual podem atingir Antônio Lemos com adjetivos como “pavorosos”, “assassinos” ou “gênio do mal”, “veículos-extermínio”, “carrascos”, cuja “rapidez diabólica” ou “marcha diabólica”,¹¹ os quais assustavam a sociedade belenense. Esta oposição aos bondes destacava mais uma face de como a modernidade acelerada era implementada, mas a população não acompanhava as transformações, ocasionando diversas mortes. O que vai de encontro com a narrativa que o próprio Antônio Lemos escreve em seus relatórios em que compara os bondes de Belém aos de Paris em conforto e comodidade. Mesmo as características de “progresso” que beneficiariam a população eram repletas de contradições frutos também de um governo que governava para poucos.

A cidade de Belém foi profundamente transformada pelos bondes, a possibilidade de integração com bairros operários mesmo que mal atendidos e tudo isto inclui a transformação do espaço que foi empregada, como a

¹¹“Semana dos electricos”. Folha do Norte, 31 de mar. 1908, p. 1; “Electrico assassino”, Folha do Norte, 4 de ago. 1908, p.1; “A semana dos electricos”. Folha do Norte, 6 abr. 1908, p. 1; “Os electricos agindo”. Folha do Norte, 1 ago. 1908, p. 1; “Attingido por um electrico”. Folha do Norte, 17 mar. 1908, p. 1; “Os electricos”. Folha do Norte, 10 abr. 1908, p. 1.

demolição de cortiços e casas que não se adequavam ao código da polícia, este projeto foi guiado por uma ideologia do “progresso” que abordaremos no próximo capítulo.

3- A ideologia liberal e a transformação do espaço

Para aprofundarmos nos eventos já discutidos até aqui é preciso falar sobre as intenções e forças políticas por trás do projeto civilizatório para Belém. Primeiramente, este projeto não é um caso isolado no começo do século XX, sendo este um movimento que tem suas origens econômico-culturais na Europa e desdobramentos desastrosos tanto naquele continente como para as cidades brasileiras (WOOD 2001). Para o Brasil, a borracha do Amazonas chegava ao ápice de sua balança comercial, perdendo apenas para o café. Segundo Edineia Dias, a empresa gomífera motivou as casas aviadoras, as quais contavam com capital estrangeiro, a financiar as transformações urbanas com o objetivo de ampliar outras atividades comerciais: transporte, urbanização e outras obras públicas (DIAS, 1999, p. 43). Apesar da autora se centrar na análise desse contexto para Manaus, ela sempre articula esse processo com as políticas implementadas em Belém do início do XX. Esse movimento articulava tanto a transformação da paisagem urbana como sinônimo de modernidade, como o ordenamento desses espaços, a partir de dispositivos legais que excluía a população pobre.

Essa política higienista é um marco da era lemistista em Belém, assim como em outras capitais brasileiras como Manaus e o Rio de Janeiro que passam por processos semelhantes de “embelezamento” das cidades. Estes processos, por sua vez, refletiam tendências urbanísticas europeias de construção de cidades. Por política higienista o termo se refere aqui principalmente à sua característica de “disciplina e repressão” (CAMPOS 2007). Isto é, de que o espaço público da cidade seria remodelado para os interesses de uma elite econômica e política que usaram da força policial do estado para este fim.

Os confrontos entre os moradores de Belém e a polícia eram até corriqueiros, sendo noticiados nos jornais os confrontos que aconteciam. Uma situação que podemos tomar como exemplo eram os problemas que ocorriam nos bondes da cidade (LIMA, 2011). Neles, os estritos códigos de polícia eram impostos sob a população, assim como ações de despejo de grandes cortiços

no centro da cidade, que incluíam a destruição das casas e despejo da população na rua, por mais que a intendência de Belém criasse espaços como o Asilo da Mendicidade, inaugurado em 1902. Espaços como o asilo não eram criados para resolver a crise de moradia que se instalava na cidade, mas apenas com o intuito de realocar os “indigentes” do espaço urbano, pois estes tornavam a cidade mais “feia e insalubre”, como apresenta Campos. É esta política higienista que verá a população mais pobre não como parte cidadã relevante da cidade, mas como “atrasados, criminosos e insalubres” e, portanto, estavam justificadas as ações da cidade contra sua própria população segundo os moldes higienistas que, como afirmamos, são a marca da intendência de Antônio Lemos (CAMPOS 2007). Através dos seus códigos de polícia, o Intendente regia tanto sobre quais as casas que deveriam ser mantidas, quanto os costumes da cidade que deveriam ser vigiados e controlados.

Toda esta política por sua vez está baseada em uma filosofia positivista - representada no momento republicano na bandeira por “Ordem e Progresso”-, e liberal capitalista, pois privilegiava a ação do livre mercado com a grande entrada de capitais de empresas britânicas e americanas em Belém. Sendo a própria *Pará Electric* uma empresa britânica. Estas duas filosofias não estavam em conflito necessariamente, pelo contrário era através da entrada dos capitais estrangeiros que se efetivaram as políticas higienistas e levariam o progresso à Belém. Compreende-se aqui o capitalismo em uma missão civilizatória, da mesma forma como os britânicos pensavam a sua própria expansão imperialista (POLANYI, 1944).

É importante enfatizar, portanto o que se quer expressar por progresso quando lermos o que Antônio Lemos e seus correligionários expressam sobre a urbanização de Belém. Sobre isso, podemos observar neste trecho do relatório de Antônio Lemos, no qual aborda problemas nas execuções das leis repressoras, visto que “(...) Já por várias vezes, vos tenho dito que o novo código de polícia municipal não está extrême de defeitos e lacunas”. Entretanto, não descarta o relevante papel da Polícia Municipal como instrumento viabilizador desse processo civilizatório em 1903:

[...] Já, por várias vezes, vos tenho dito que o novo código de Polícia Municipal não está extrême de defeitos e lacunas.

Trabalho adiantado, não está, entretanto, isentos de pequenos inconvenientes, que a pratica irá apontando ao vosso esclarecido critério, conforme vos ponderava logo após a execução d'essa Lei municipal, em março de 1901.

Com effeito, se a pratica já não aponta simplesmente, mas impõe ao legislador, que observa e acompanha o movimento civilizador e os progressos da hygiene e da industria, algumas modificações em, diversas disposições da Lei questionada, as que são estabelecidas no capitulo XVII exigem imediata reforma em quasi todos os dispositivos.

Urge libertar esta cidade da rotina constructora; urge dar ao executivo municipal poderes amplos, para reagir contra usos e costume, que se perdem no passado mais remoto e que têm sido trazidos até nós, com manifesto atentado contra o bom gosto, a saúde publica e a propria elegancia esthetica. (LEMOS 1903).

A lei que está sendo questionada pelo intendente se trata da edificação urbana, em que o código de polícia a partir de 1903 intensifica os critérios de construção na cidade, colocando diversos lares na ilegalidade. Nesta fala, também podemos observar como os ideais de progresso e civilização vão estar indissociáveis de toda a política Lemista, principalmente quando o foco é o costume da população pobre “com manifesto atentado contra o bom gosto”, ou seja, a hygiene era na saúde e na estética. Falas como esta podem ser observadas em todas as partes dos seus relatórios de intendência. É notório que Antônio Lemos via a si mesmo como encarregado de uma visão civilizatória, isto é parte pelos ânimos políticos da república recém instaurada, os ideais republicanos frequentemente vinham carregados de avançar em direção à “civilização”, em contraposto à “barbárie do passado” (LEMOS, 1903 pág 371). O discurso de Antônio Lemos, assim como o dos jornais “A Província do Pará” e a “Folha do Norte” são importantes para compreendermos como os bondes foram implantados em Belém, assim como outras políticas que se

baseiam nesse discurso. Para isto, a análise de discurso como ferramenta de investigação histórica permite entender as falas e os discursos do Intendente. Não pretendemos subjetivar o problema que está sendo investigado, pelo contrário é necessário ver como as ideologias afetam o mundo material, e sempre com exemplos deste mundo material para checar o efeito destas ideologias.

O jornal “O Pará” publicado entre 1897 e 1900 servia como auxiliar ao jornal “A Província do Pará” partilhando da mesma linha editorial por se filiar ao partido republicano, o mesmo de Antônio Lemos, este jornal assim como “A Província do Pará” denunciavam para a intendência obras que estariam irregulares para serem demolidos, o jornal comenta em Serviço sanitário municipal: “A casa número 50 pertence a um cortiço da propriedade do sr. Antônio Bosque, o qual deve ser evacuado e demolido, visto não oferecer as condições de higiene indispensáveis para ser habitado” (Sexta-feira 28 de janeiro de 1900 n. 643). Aqui podemos observar como os jornais que eram aliados de Antônio Lemos assim como posse atuavam em relação a intendência, defendendo suas políticas e colaborando com denúncias das irregularidades.

Antônio Lemos era um fervoroso opositor dos cortiços como o próprio comenta em seu relatório de 1903:

[...] Cumprindo libertar a cidade do grande número de cortiços situados em diversos logares do primeiro urbano, na maior parte insalubres, sem proporções nem condições hygienicas, verdadeiros centros de immoralidade, perigosos à saúde pública, sem que, entretanto, haja motivo algum, numa capital tão vasta como esta, para permitir a construcção ou conservação de semelhantes habitações, resolvo usando das attribuições que me confere o artigo 149 do código de polícia municipal, determinar o fechamento e demolição de todos os cortiços existentes nesta cidade, ficando para tal fim marcado o praso de 90 dias, improrogavel, na fórmula da lei, e que será contado da data da respectiva intimação. (LEMOS, 1903)

A partir de 1903 se intensifica a ação da polícia em belém para a demolição de cortiços através de mudanças nas leis, seguindo a lógica de limpeza urbana higienista que via as classes mais baixas como algo a ser

limpado para fora do centro urbano, a Folha do Norte, jornal de oposição, registrou em diversos momentos a ação agressiva da polícia como registra em “Guerra Crua”:

[...] O garapeiro, o cafeteiro, o engraxador são os bodes expiatórios desta mania de pseudo civilização urbana, que sacrifica o ganha pão de humildes labutadores, obrigando-os a uma dolorosa via sacra, de Herodes para Pilatos, com exorbitantes multas se se detêm, por um rápido momento, na via pública.” (Folha do Norte. Belém, 14 de janeiro de 1905, p.1)

Desta forma podemos ver que a necessidade de ordem e disciplina implica que se combatia a chamada “desordem”, a qual Antônio Lemos atribuía à “educação medíocre” dos cidadãos de sua cidade (LEMOS, 1903 p. 54). O que também demonstra que a população não apenas aceitava as imposições do estado, ocorriam ações de resistências tanto às ações policiais como em manter suas tradições sempre ameaçadas pelo código de postura da cidade, outra lei que tentava impedir a vivência dos “indesejados” da cidade. Segundo Dias, “a presença da pobreza é vista como perturbadora da ordem, da beleza e da harmonia”, apesar dos pobres estarem presentes no espaço urbano para a prestação de serviços, o incômodo era os que circulavam pela cidade (1999, p. 133).

Neste trabalho não foi possível explorar a fundo os movimentos de resistência porque este artigo não dará conta da dimensão das lutas, mas a “história de baixo para cima” como tratava Hobsbawm (2010) ainda é um assunto relevante. O que cabe aqui é explorar como a superestrutura ideológica influenciava diretamente a infraestrutura capitalista que nos impõe seus imperativos tanto no tempo tratado como no tempo presente através das políticas analisadas.

Esta superestrutura ideológica é o que dá corpo à hegemonia. O que Gramsci tratava da luta pela hegemonia, pois é através da hegemonia que a classe dominante transforma os seus interesses de classe em interesses gerais da sociedade. Aqui nesse estudo, principalmente, através do seu controle da mídia. Nos foi possível observar o papel fundamental que os jornais tinham em dar corpo à intelectualidade lemistá, assim como seus opositores políticos. Há

uma integração entre a superestrutura e a infraestrutura quando falamos da implementação de qualquer política de estado. Antônio Lemos escreveu longos relatórios e falas para convencer as pessoas da importância do “progresso”, e assim implementar as ações modernizadoras na cidade de Belém, não apenas dos bondes mas também da iluminação, do calçamento, do saneamento, do aterramento de igarapés, do embelezamento da cidade.

A noção de “progresso” e “civilização” que é apresentada aqui é certamente eurocentrada, em que o que é considerado progresso civilizatório são as novas tendências da Europa e eventualmente de alguns padrões estadunidenses que já estavam na moda (DIAS, 1999; DAOU, 2000). Destas modas se mesclam o passado escravocrata brasileiro, que em muitas instâncias continuou sendo praticado em formas de trabalho análogos à escravidão na virada do século XX, e se tem a formação de uma elite que usa os termos de progresso, tão marcantes da *Belle Époque*, de forma racista e eugênica.

A moralidade e o discurso para a elite belenense carregavam o peso de “civilizar o bárbaro”, “tornar trabalhadores os vadios”, de “cristianizar os heréticos” e de submeter as relações de interdependência informais aos imperativos de mercado capitalistas. Há um traço importante da interseccionalidade (DAVIS 1981) em que as opressões não apenas se intensificam em sujeitos de diferentes categorias, mas que elas acontecem simultaneamente. Por mais que teoricamente tentemos entender os problemas por ângulos específicos, a vivência destes sujeitos é afetada todos os dias por todas as diferentes formas de opressão, que não são contraditórias entre si porque essa elite belenense em si não era amorfa, ela tinha (e tem) as características centrais da formação da elite brasileira que é o fato de serem em sua grande maioria brancos, ricos, homens, héteros, cisnormativos.

Com efeito, as ideologias precisam ser interpretadas pelo viés materialista de análise, os mesmos pensados por Marx e Hegel que checavam as suas teorias nas realidades que discutiram no século XVIII e XIX. Eni Orlandi descreve a ideologia, um dos elementos principais de sua análise, como fazendo parte, “ou melhor, [como] a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”, na qual:

O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se “subjetivas” não como “que afetam o sujeito”, mas mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito”. Daí a necessidade de uma teoria materialista do discurso -uma teoria não subjetivista da subjetividade- em que se possa trabalhar esse efeito de evidência dos sujeitos e também a dos sentidos.” (ORLANDI, 2020 p 46)

Notamos que Orlandi entende que a materialidade do discurso requer a apresentação de dados precisos e relevantes. Nesse sentido, os relatórios da intendência sobre a implantação dos bondes e dos códigos de polícia e os contratos realizados entre a intendência e o capital estrangeiro são de suma importância para compreender a função do discurso lealista, pois são partes constituintes das ideias de uma elite que se beneficiava nesse processo civilizatório.

A imagem de Antônio Lemos que perdura até o século XXI com alguns seguidores é um constructo deliberado durante a sua hegemonia na política paraense. Protásio Santos, Maria Silva e Jovelina Reis (2021) exploram este tema ao discutir sobre o “Ethos” que Antônio Lemos criou sobre si mesmo. Para os autores, Antônio Lemos no exercício da sua função de intendente, desfrutou do “seu domínio e [soube] resolver a satisfação do reconhecimento do que fazia, da imagem de si construída por meio da capacidade de influência enunciativa que exercia sobre seus interlocutores”. E segundo a análise dos seus relatórios, lhes foi possível perceber como o “seu discurso reiterava o projeto da chegada de novos tempos para a construção de uma Belém moderna” e civilizada, “ideia que se arraigou no imaginário dos belenenses, confirmando a imagem de Lemos como reformador” (SANTOS 2021), o reformador Lemos é uma parte constituinte da memória de Belém, que dá tanta importância ao período da *Belle Époque* que por ter terminado o seu ciclo de exploração gomífera há uma saudade da época de Antônio Lemos.

A construção da imagem apontada vai ser através do seu próprio jornal A “Província do Pará” que tinha a presença de “intelectuais orgânicos” como denominou Gramsci (2001). Este trecho nos permite observar que a construção do discurso era deliberada para atingir seus objetivos, Lemos conscientemente buscava se ater aos ideais de refinamento franceses para justificar suas políticas para a cidade.

A modernização de Belém foi um processo que aderiu às particularidades do ciclo econômico gomífero, mas que tinha muitas semelhanças com processos de modernização nacionais como Manaus e o Rio de Janeiro, como apontaram Dias, Daou e Sevcenko respectivamente. Internacionalmente este era o auge da ideologia capitalista¹² de livre mercado e da sociedade que esta ideologia produziu, a estética burguesa estava representada na *Belle Époque*, tanto pela opulência e riqueza que produziu quanto a segregação e desigualdade que foram aprofundadas.

Os bondes foram símbolos poderosos dos novos tempos de modernidade, e a implementação foi cara à intendência que não mediou esforços para tal empreendimento. Maria de Nazaré Sarges sintetiza este processo implementado pelo intendente Lemos da seguinte forma:

[...] Não obstante, temos claro que uma série de melhoramentos foram realizados no espaço urbano de Belém, como pavimentação das ruas, construção de praças e jardins, usinas de incineração de lixo, limpeza urbana, tudo isso controlado por um código de posturas, baseado em idéias liberais, entretanto, todo esse ‘progresso’ era localizado e dirigido à área central da cidade, onde habitava a elite local e parte da classe média nascente. [...] Contudo, não podemos esquecer que a concretização dessas reformas foi respaldada pelos empréstimos que o intendente fez no país e no exterior. Aqui, no Brasil, contraiu dívidas de mais de 20 mil réis e mais tarde para resgatá-las, fez dois empréstimos externos, sendo que do Ethelburg Syndicate (Londres) emprestou 1 milhão e 60 mil libras esterlinas, quando a receita anual da Intendência não atingia a 7 mil contos de réis. (SARGES, 2002, p. 142-143)

¹²POLANYI, 1980

Os grandes empréstimos feitos pela intendência de Lemos geraram dívidas que só foram quitadas muito depois do dinheiro da borracha já ter se esvaído. Além das dívidas contraídas com empresas no exterior, a implementação desses processos modernizadores foi feito através da repressão exercida pelo código de polícia que excluía as classes mais pobres da sociedade que aprofundaram-se na marginalização por um estado que governava para interesses privados, por mais públicas que fossem suas grandes obras.

4- Conclusão

Procurou-se nesse estudo demonstrar a importância do discurso e do controle da disciplina para a implementação dos projetos higienizadores da transformação de Belém e podemos tecer uma crítica ao próprio discurso de neutralidade da ciência. Nenhuma ciência possui neutralidade, e a pretensa neutralidade historiográfica tem feito grandes favores a um ensino de História que perpetua e justifica o *status quo*, se a análise de discurso nos permite checar a materialidade do mesmo, é evidente que há sujeitos por trás de qualquer discurso científico, isto não significa que devemos abandonar a crítica, pelo contrário ela é ferramenta fundamental para que a pesquisa e o ensino cumpram sua função democrática.

Se buscamos soluções para as cidades ainda no século XXI, a ciência histórica deve nos permitir entender os discursos que organizam a cidade, por quem e para quem é feita a cidade de Belém? É importante que se entenda o papel do capital privado e estrangeiro, assim como a organização do estado que o beneficia para que as classes dominantes continuem se favorecendo das políticas públicas, mesmo com a péssima qualidade do transporte público que era ofertado para a população pobre.

Sem dúvida os problemas que são acarretados pela implementação do transporte público no começo do século XX possui reverberações ao tempo presente. Com diferentes empresas sendo empregadas para a oferta do serviço mesmo que tenham ocorrido mudanças nas leis, na organização do estado e do capital, estas devem ser analisadas em seu próprio tempo. Mas os discursos, a lógica liberal e neoliberal a partir dos anos 80 do século XX

recorrem a muitas das justificativas exploradas aqui, quando não piores com tendências fascistas de eugenia embutidas na mentalidade individualista do “*self-made man*”, um dizer americano usado para indicar que uma pessoa criou toda sua fortuna ou sucesso sozinha. As permanências e rupturas no discurso da classe dominante são um ambiente rico de debate historiográfico e a pesquisa deve continuar para observar essa transformação ao longo do século XX e para além no século XXI

A guerra dos lugares estava presente na *Belle Époque* e continua vivíssima nos dias de hoje, como mais um dos elementos da luta de classes e dos movimentos que buscam emancipar os marginalizados e muitos dos problemas que Belém enfrenta é acompanhada em nível nacional e internacional. As riquezas do mundo capitalista contemporâneo continuam produzindo uma grande massa de excluídos que não se beneficiam desta grande produção com lucros exorbitantes, assim como a elite gomífera se apoiava na produção dos seringais para produzir uma cidade que não atendia às demandas da população.

Outrossim, pudemos observar a transformação de Belém através da implementação dos bondes, que compunha apenas um dos elementos que transformaram a cidade junto com outras grandes obras e com efetivo policial para tal. A ideologia liberal foi determinante no emprego das políticas de “progresso” aplicadas à Belém da *Belle Époque* em que Antônio Lemos sempre articulava o desenvolvimento civilizatório com o emprego de capital privado estrangeiro, desta forma é possível desnaturalizar o curso da história em Belém ao enxergar quais interesses moldaram a cidade em uma década tão importante como a de 1900.

Fontes:

Belém. Código de Polícia Municipal, 1903, art. 149

BELÉM, Lei n. 362, de 10 de junho de 1903. Classifica os prédios a edificar na légua patrimonial da Intendência e precisa a altura dos respectivos porções. Lex: Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo, Belém, p. 18-27. 1903.

BELÉM. Governo Municipal. Leis e Resoluções Municipaes e Actos do Executivo. Codificados na Administração de Antônio José Lemos 1900. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1903

LEMOS, Antônio. O Município de Belém – 1897/1902. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1902 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1903.

_____. O Município de Belém – 1903. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1903 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1904.

_____. O Município de Belém - 1904. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1904 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905.

_____. O Município de Belém – 1905. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1905 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906.

_____. O Município de Belém – 1906. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1906 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907.

Folha do Norte, 1900-1909, disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital> , acesso em 20/04/2023

A Província do Pará, 1900-1909, disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital> , acesso em 20/04/2023

O Pará, 1897-1900, disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital> , acesso em 20/04/2023

Referências Bibliográficas:

CAMPOS, Ipojucan Dias. “Repressão, Higiene e Disciplina na *Belle-Époque* Belenense (1890/1900), 2007 Textos e debates n 13, Roraima

COIMBRA, Adriana Modesto. “A cidade concedida: urbanização e disputas políticas em Belém do Pará na virada do século XX” , 2013. XXVII Simpósio nacional de história, Natal RN.

DIAS, Douglas da Cunha. “CIDADE E NATUREZA, As águas relendo uma Belém da Belle Époque (1870 aos anos iniciais de 1910), 2016 Dossiê: Cidade e Natureza UNICAMP, Campinas.

DAOU, Ana Maria, A Belle Époque amazônica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000: il (Descobrimdo o Brasil)

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920*. Manaus: Ed. Valer, 1999.
- HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010
- HARVEY, David. *Paris, capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015
- LIMA, Alexandre Martins de. Pelos trilhos dos bondes: cidade, modernidade e tensões sociais em Belém de 1869 a 1947. Tese (Doutorado)- UFPA, Núcleo de altos estudos amazônicos, Belém, 2011.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020
- PAIVA, Ana Carolina Monteiro. Trabalho e cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1919). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n 85, p. 83-106, 2020.
- PINHO, Fernando Augusto Souza. *Festas, inaugurações e decepções: a implantação dos bondes elétricos em Belém*. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Centro de Filosofia e Ciências humanas, UFPA, Belém, 2001.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: As origens da nossa era*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PROTÁSIO, Cezar dos Santos, SILVA, Maria do Carmo Prazeres, REIS, Jovelina Maria dos. “ETHOS: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE SI NO DISCURSO DE ANTÔNIO LEMOS”. *ASAS DA PALAVRA* 18.1 (2021): 97-111, Belém.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo. Acesso em: 23 maio 2023
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- SENA, Cristovam “Fordlândia breve relato da presença americana na Amazônia”. *Cadernos de História da Ciência* 4.2 89-108 06/2009.
- SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. História da vida privada no Brasil 3: capítulo República: da belle époque à era do rádio. Tradução . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Acesso em: 21 abr. 2023.